

Expurgo é inevitável, diz Simonsen

"Todas as economias têm suas peculiaridades, mas o Brasil parece estar abusando da originalidade". Com essa velada crítica à condução da economia brasileira, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen concluiu seu depoimento, ontem, na Comissão de Economia de Câmara dos Deputados. O ministro analisou o processo de endividamento do País, o pedido de ajuda ao Fundo Monetário Internacional, as possibilidades de renegociação da dívida brasileira e as medidas que estão sendo tomadas pelo governo para conter o déficit do setor público e a inflação.

Para Simonsen, numa economia indexada, "obrigada a aceitar o realinhamento de preços relativos, o expurgo nos índices de preços do impacto de produtos importados, impostos diretos e subsídios é inevitável". No entanto, se o expurgo proposto pelo governo "ajuda o ajuste do balanço de pagamentos e evita que a inflação suba ainda mais um degrau, é preciso sublinhar que, para baixar juros e inflação há três pontos fundamentais ainda não atacados: a disciplina dos gastos e do endividamento público num orçamento unificado e aprovado pelo Congresso Nacional, e separação das funções do Tesouro, do Banco Central e do Brasil e a marcha para a desindexação".

ORÇAMENTO UNIFICADO

A ausência de um orçamento único seria um "convite à despesa e ao déficit", uma vez que os estouros do orçamento monetário e das estatais são financiados por emissões de títulos públicos do Tesouro, que provocam o inchamento da dívida interna e agem como o principal foco de resistência à baixa da taxa de juros. A contrapartida ao orçamento único, conforme Simonsen, deveria ser a disposição do Banco Central de "assumir a função de banco emissor e de banqueiro dos bancos e do governo, subtraindo-se ao Banco do Brasil as funções de autoridade monetária, através do congelamento de sua conta de movimento com o Banco Central". A expansão de base monetária deveria ser decisão do governo, aprovada pelo Congresso Nacional.

Outro ponto fundamental para o ex-ministro, a desindexação da economia brasileira, deveria operar-se progressivamente, já que os expurgos transitórios nos índices de preços evitam a alta de inflação, mas não asseguram sua queda. A questão essencial a ser captada pela sociedade brasileira, no seu entender, é que os atuais esquemas de correção automática de rendimentos garantem reajustes nominais, mas não reais. Essa tese vem corroborar a proposta que vem sendo apresentada insistentemente pelo ex-ministro de que a livre negociação salarial protegeria de maneira muito mais eficaz os rendimentos da classe trabalhadora do que as legislações salariais em vigor nos últimos anos. "Na realidade", disse ele, "os assalariados estariam muito melhor se nenhuma lei regulasse os reajustes, e se o governo diminuísse a regressividade do sistema tributário e contivesse juros e margens de oligopólios. Só esse caminho indireto garantiria a maior participação dos trabalhadores na renda nacional".

LIVRE NEGOCIAÇÃO

A livre negociação foi veementemente contestada por vários parlamentares da oposição, durante o debate que se seguiu à exposição. O deputado do PMDB paulista Alberto Goldman criticou a proposta dentro das atuais condições da economia brasileira. "A livre negociação", disse ele, "é válida num processo em que a economia se desenvolva com pleno emprego". No caso brasileiro, em que há um grande exército oficial de reserva, lei de greve, lei de Segurança Nacional, a livre negociação levaria a um arrocho ainda maior dos salários da classe trabalhadora, que seria assim a única a arcar com os sacrifícios — várias vezes propalados por Simonsen — que o País teria que suportar para sair da crise. A parcela da população a ser onerada deveria, segundo o deputado, ser aquela que se locupletou durante os anos anteriores.

Goldman questionou também o caráter eminentemente técnico da abordagem do ex-ministro da Fazenda com relação às saídas para a crise, "uma questão antes de tudo política, com repercussões sociais

para toda a sociedade". Como uma resolução política, para alguns parlamentares ela deveria refletir o consenso dos diversos segmentos da sociedade. O expurgo nos índices de preços, por exemplo, foi denunciado pelo deputado petista Eduardo Matarazzo Suplicy como uma medida anti-ética, pois o índice deveria, em primeiro lugar, refletir a verdadeira evolução dos preços. Ele argumentou que mesmo os técnicos do Fundo Monetário Internacional não tinham, como prioritária a medida, que resultará na redução do salário mínimo, já bastante comprimido por manipulações nos indicadores efetuados em anos anteriores.

INGERÊNCIA DO FMI

Por várias vezes, durante o debate, Simonsen criticou as colocações dos deputados a respeito da intromissão do FMI nos assuntos de economia nacional. O deputado Herbert Levy, por exemplo, questionou a eficácia da política monetarista ortodoxa do Fundo, que acaba por debilitar ainda mais o paciente. Simonsen argumentou que o Fundo apenas exige a redução do déficit e consequente queda da inflação, imprescindíveis para o ajuste da economia. "O FMI, hoje, completou ele, "tem mais sensibilidade política, tem uma natureza mais fiscal que monetarista. Exorcizar o Fundo não vai fazer com que os países desenvolvidos continuem a financiar o endividamento brasileiro, dando-nos mesadas, sem que cumpramos as metas da carta de intenções".

"No momento", disse Simonsen, "não temos como impor nossas condições para a renegociação da dívida. É preciso não superestimar o poder de barganha de nossa dívida externa. Afinal, ela não chega a representar 2% do produto nacional de um ano dos nossos credores". A única saída seria, por enquanto, adaptar-se à ao sistema existente, mesmo que isso implique em um temporário empobrecimento da economia, pois não há como aumentar a produção de imediato, estando contidas as importações. Por outro lado, uma tentativa prematura de reaquecimento do mercado interno geraria mais inflação, em função da redução de importação de bens essenciais à produção.